

# Sumário

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS .....	XXI
INTRODUÇÃO .....	1

## Capítulo 1

### MINISTÉRIO PÚBLICO E EXAME DE CONVENCIONALIDADE

1.1 Estado atual do controle de convencionalidade .....	5
1.2 Ministério Público e proteção dos direitos humanos .....	16
1.2.1 Ministério Público como agente de transformação social .....	17
1.2.2 De fiscal da lei ( <i>custos legis</i> ) a defensor da ordem jurídica ( <i>custos juris</i> ) .....	19
1.2.3 Papel do <i>Parquet</i> no exame de convencionalidade .....	20
1.3 Ministério Público e devido processo convencional.....	21
1.4 Plano dos capítulos seguintes.....	24

## Capítulo 2

### AFERIÇÃO DE CONVENCIONALIDADE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

2.1 Aferição e controle de convencionalidade.....	25
2.2 Aferição de convencionalidade por provocação.....	27
2.2.1 Aferição por provocação na ação civil pública .....	29
2.2.2 Aferição por provocação na ação popular .....	38
2.2.3 Aferição por provocação como fiscal da ordem jurídica em outras hipóteses legais.....	42
2.2.3.1 Intervenção nas hipóteses do CPC e de outras normas .....	43
2.2.3.2 Intervenção em <i>habeas corpus</i> .....	46
2.2.3.3 Intervenção no mandado de segurança.....	49
2.2.3.4 Intervenção na desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária .....	50
2.2.3.5 Intervenção nas ações de alimentos .....	51
2.2.3.6 Intervenção em casos registraes .....	52

2.2.3.7	Intervenção na mediação.....	53
2.2.3.8	Intervenção na ação penal privada e na execução penal....	54
2.2.3.9	Intervenção em sede recursal.....	56
2.3	Aferição de convencionalidade no controle abstrato de normas ( <i>sponte sua</i> ou como <i>custos juris</i> ).....	57
2.3.1	Aferição de convencionalidade por iniciativa própria (aferição <i>sponte sua</i> ).....	60
2.3.1.1	ADPF sobre Benefício de Prestação Continuada (BPC) às pessoas com deficiência.....	61
2.3.1.2	ADI sobre a natureza pública incondicionada da ação penal fundada na Lei Maria da Penha.....	63
2.3.1.3	ADPF sobre políticas de ensino e ideologia de gênero.....	64
2.3.2	Aferição de convencionalidade por provocação ( <i>custos juris</i> ) no controle concentrado de normas.....	66
2.3.2.1	ADPF sobre proibição do uso do amianto.....	67
2.3.2.2	ADPF sobre invalidade da Lei de Anistia brasileira.....	68
2.3.2.3	ADI sobre (in)constitucionalidade das audiências de custódia.....	69
2.3.2.4	ADPF sobre estado de coisas inconstitucional dos presídios.....	71
2.4	Aferição <i>sponte sua</i> na expedição de notificação recomendatória.....	72
2.5	Síntese da aferição de convencionalidade pelo Ministério Público.....	75

### Capítulo 3

#### CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

3.1	Entendimento.....	79
3.2	Núcleos de controle de convencionalidade.....	82
3.2.1	Encadeamento intrainstitucional dos núcleos de controle.....	85
3.2.2	Encadeamento interinstitucional dos núcleos de controle.....	88
3.2.2.1	Encadeamento interinstitucional necessário ou obrigatório.....	91
3.2.2.2	Encadeamento interinstitucional subsidiário.....	93
3.3	Controle de convencionalidade nos procedimentos de tutela de direitos e interesses metaindividuais.....	94
3.3.1	Controle de convencionalidade na promoção da ação civil pública.....	96
3.3.2	Compromissos de ajustamento de conduta para adequação às exigências convencionais.....	103

3.3.3	Controle de convencionalidade no arquivamento do inquérito civil .....	106
3.4	Controle de convencionalidade e persecução penal .....	107
3.4.1	Promoção da ação penal pública e controle de convencionalidade ...	110
3.4.1.1	Controle de convencionalidade e cumprimento das obrigações positivas do Estado em matéria penal.....	113
3.4.1.2	Controle de convencionalidade da reparação mínima às vítimas de tortura .....	123
3.4.1.3	Condenações contra o Brasil na Corte IDH por inconvenção na persecução penal.....	125
3.4.1.4	Incidente de deslocamento de competência e garantia de cumprimento das obrigações positivas do Estado .....	161
3.4.1.5	Controle de convencionalidade no <i>iter</i> processual penal...	163
3.4.2	Controle de convencionalidade no arquivamento de inquérito policial e de procedimento de investigação criminal .....	171
3.4.2.1	Limitação convencional ao <i>bis in idem</i> por pena cumprida no estrangeiro.....	178
3.4.2.2	Complementação da persecução penal em casos de coisa julgada fraudulenta ou aparente .....	183
3.5	Síntese do controle de convencionalidade pelo Ministério Público .....	186
	CONCLUSÃO GERAL.....	189
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	193
	OBRAS DOS AUTORES.....	199